



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS OSMAR DE AQUINO  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PEDRO LUCAS PAULINO TORRES**

**ZÉ LEÃO: UM MORTO MILAGREIRO**

**GUARABIRA  
2019**

PEDRO LUCAS PAULINO TORRES

**ZÉ LEÃO: UM MORTO MILAGREIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientador(a):** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joedna Reis de Meneses

**GUARABIRA  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T693z Torres, Pedro Lucas Paulino.  
Zê Leão [manuscrito] : um morto milagreiro / Pedro Lucas Paulino Torres. - 2019.  
24 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses , Departamento de História - CH."  
1. Santidade. 2. Sagrado. 3. Espaço. 4. História. I. Título  
21. ed. CDD 981

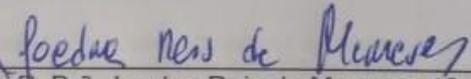
PEDRO LUCAS PAULINO TORRES

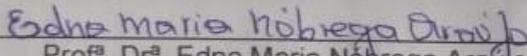
ZÉ LEÃO: UM MORTO MILAGREIRO

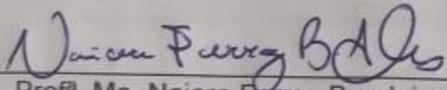
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História da  
Universidade Estadual da Paraíba  
(UEPB), Campus III, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Licenciado em História.

Aprovada em: 03/12/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joedna Reis de Meneses (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Nóbrega Araújo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Me. Naiara Ferraz Bandeira Alves  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Para Maria Cristina, minha mãe. Com você foi mais fácil o caminhar. Para meus familiares, porque fui mais forte com vocês. Para todos que acreditaram e colaboraram com esse sonho, nunca sonhei sozinho. A todos vocês, eu dedico.

*“Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio.... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue [...]. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca”.*

Guimarães Rosa

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	A SANTIDADE ENQUANTO FENÔMENO E OBJETO HISTÓRICO ...	12
3	O POVO FAZ O SANTO .....	14
4	ZÉ LEÃO: O MILAGREIRO DA “CIDADE DO MATA E QUEIMA” .....	18
5	CONCLUSÃO .....	21
	REFERÊNCIAS .....	22

## ZÉ LEÃO: UM MORTO MILAGREIRO

### ZÉ LEÃO: A DEAD MIRACLE

Pedro Lucas Paulino Torres\*

#### RESUMO

Este trabalho teve por objetivo entender a elaboração de uma santidade canonicamente irregular, forjada e reconhecida sem o aval institucional. Buscou problematizar como um homem comum, bárbara e cruelmente assassinado em fins do século XIX numa cidade do interior do Rio Grande do Norte, foi alçado ao panteão dos santos - igualando-se a eles e tornando-se um. Depois de morto, "Zé Leão" passou a viver em odor de santidade e a gozar de uma nova condição: a de morto milagreiro. Partimos da hipótese que as leituras arranjadas em torno de sua morte, considerada trágica, e episódios outros a ela associados fabricaram historicamente sua santidade e um espaço sagrado a ele dedicado na cidade de Florânia - RN.

**Palavras-chave:** santidade, sagrado, espaço, história.

#### ABSTRACT

This work aimed to understand the elaboration of a canonically irregular holiness, forged and recognized without the institutional endorsement. He sought to problematize as an ordinary man, barbaric and cruelly murdered at the end of the 19th century in a city in the interior of Rio Grande do Norte, was raised to the pantheon of the saints -- equating themselves to them and becoming one. After death, "Zé Leão" began to live in a smell of sanity and enjoy a new condition: a dead miracle worker. We assume that the readings arranged around his tragic death and other episodes associated with it historically fabricated his holiness and a sacred space dedicated to him in the city of Florania.

**Keywords:** Holiness. Sacred. Space. History.

---

\* Licenciado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III (Guarabira).  
E-mail: pedrotorsd@gmail.com / pedro-paulino96@otmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A(s) santidade(s) e as devoções são fenômenos que aparecem e reformulam-se ao longo do tempo. Os santos sobreviveram a todas as mudanças dogmáticas, doutrinárias e teológicas configuradas pela instituição católica. São um distintivo do catolicismo: é impossível pensá-lo sem a presença dos santos.

Neste trabalho, propomos uma reflexão acerca da produção dos “santos irregulares canonicamente” (CASCUDO, 1974), cujas santidades são reconhecidas e forjadas sem a necessidade de um aval institucional. Adentramos o “mundo mais informal, menos regulamentado e mais fluido da cultura popular onde emergem facetas de santidade que acabaram por ser consideradas heterodoxas” (PAIVA, 2013, p. 9).

Centramos nossa pesquisa na elaboração da santidade de José Leão ou “Zé Leão”, como ficou mais conhecido. Um homem comum, bárbara e cruelmente assassinado em fins do século XIX na cidade de Florânia, interior do Rio grande do Norte. Buscamos problematizar a passagem desse sujeito da condição de morto para uma outra, a de [morto] milagreiro – o modo pelo qual ela foi construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990 *apud* JURKEVICS, 2004, p. 153).

Como foi possível esse sujeito transpor sua condição inicial de morto e ser elevado ao panteão dos santos – sem atender os pressupostos oficiais da santidade regulamentada nem deter o seu aval institucional? Quais elementos permitiram e condicionaram sua santidade, tomando-o singular?

Partimos da hipótese que o impacto e as leituras arranjadas em torno desse crime, ao serem associadas a um outro episódio – a morte de duas moças vítimas de uma descarga elétrica – fabricaram historicamente a santidade de Zé Leão. A morte desse sujeito – considerada bárbara e cruel, uma forma violenta de morrer – ao cruzar a imagem do martírio, foi sacralizada.

A devoção a Zé Leão é representativa do quanto as pessoas continuam a contemplar o extraordinário, a mitificar o tempo e o espaço do sagrado, a fabricar santos. É dessa fabricação, dos vínculos com os deuses e outras entidades, que escapam mais ainda que no passado, ao controle efetivo dos aparelhos religiosos (MARCHI, 2005) que nos propomos a falar.

Nossas reflexões se valeram das contribuições teóricas de uma História Cultural sobre os santos e, quando necessário, dialogaram com outros saberes. Para analisar as diferentes apropriações e leituras arranjadas em torno do crime de Zé Leão, principalmente, do tempo em que ele ocorreu até fundar sua santidade, tomamos os jornais<sup>1</sup> com principal suporte documental. Ao trabalho foram indispensáveis os conceitos de: religiosidade católica (ANDRADE, 2008), catolicismo concêntrico (REESINK, 2013) e santo cristão (SCHIMITT, 1994).

Esta tessitura, mais uma que se acrescenta à história do santo, nos surgiu aos poucos. Em partes, é fruto do “cruzamento de intertextos teóricos”, de que nos fala a professora Elisa Nóbrega (2000). Mas, a ideia de escrever uma história do morto que se torna milagreiro nasce quando tomamos conhecimento de uma história familiar que nos narra a santidade de um parente santo: Zé Leão.

Observamos nessa história, passada de geração em geração, uma porta aberta para se estudar, numa perspectiva histórica, o fenômeno da santidade e os processos de elaboração dos santos irregulares canonicamente. Agora, ao findar a

---

<sup>1</sup> Todos os jornais mencionados no trabalho estão localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Encontram-se disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessados em 25 de julho de 2018.

graduação, as ideias que aqui e acolá foram rascunhadas, são tiradas da gaveta, maturadas, para se materializarem graficamente neste trabalho, que se dividiu em três partes.

Na primeira parte, a santidade é pensada enquanto fenômeno histórico. Apresenta-se a santidade para além do seu aspecto religioso e como ela pode interessar aos historiadores.

A segunda abriga uma reflexão teórica acerca da santidade canônica e não canônica. Procuramos justificar a adoção dos conceitos pertinentes à pesquisa e sem pretender a exaustão, dada a natureza deste trabalho, faz-se um breve percurso histórico sobre o reconhecimento dos santos.

No último item, centramos nossas análises em um caso concreto de santidade irregular canonicamente. Busca-se entender como as leituras produzidas em torno de um crime, no tempo em que ele ocorre, final do século XIX, santificou um homem comum. O jornal foi o principal suporte documental.

Por fim, tecemos algumas considerações finais. Zé Leão venceu o esquecimento. É constantemente conduzido do passado em que viveu, para mediar, no presente, a relação do homem com o divino. É um mártir, um morto, um santo e um milagreiro para quem se fabricou, historicamente, um espaço do sagrado.

## **2 A SANTIDADE ENQUANTO FENÔMENO E OBJETO HISTÓRICO**

Durante um longo tempo, a santidade foi considerada um tema exclusivamente religioso. Uma visão limitada sobre o fenômeno, é claro, pois não se resume apenas a esse universo. Para os historiadores Thiago Porto (2006) e Renata Menezes (2011), a santidade é um fenômeno sociocultural, leia-se, histórico.

Cientistas sociais, cientistas religiosos, geógrafos, sociólogos, psicólogos, antropólogos e historiadores destacaram, para além do religioso, os aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos que ela também possui. Ao se debruçarem sobre o fenômeno, essas ciências introduziram novas abordagens e problemas ao estudo da santidade.

A própria ciência histórica, ao se renovar, abrindo espaço para novos temas, problemas e abordagens se interessou pelos santos. Como observou a historiadora Vera Irene (JURKEVICS, 2004, p. 5): “pesquisadores renomados focalizaram festas, procissões, ladainhas, promessas, ex-votos, apresentando um universo de práticas” religiosas que têm o santo e a devoção como pano de fundo. Devoções vivenciadas dentro e fora dos liames institucionais, ou em paralelo a ele, num movimento de aproximação e distanciamento.

O interesse pelos santos foi tanto que levou a historiadora portuguesa Maria de Lurdes Rosa (2013) a tecer uma historiografia da santidade no século XXI, fazendo percursos prévios, destacando problemáticas atuais, ao mesmo tempo que se pretendeu balanço e reflexão. Segundo informa-nos nesse trabalho, o fim dos anos 80 do século XX definiria os contornos e as características de um campo historiográfico.

Historiadores como André Vauchez, Jean Claude Schmitt, Marc Bloch, Michel de Certeau, Michael Goodich, Peter Brown, Pierre Delooz e Sophia Boesch Gajano, a título de menção, são nomes, apenas alguns, que abordaram o fenômeno da santidade<sup>2</sup> e contribuíram para a consolidação de uma historiografia que por ela se interessa.

---

<sup>2</sup> Os estudos empreendidos por esses historiadores encontram-se devidamente referenciados e pormenorizados no trabalho de Maria de Lurdes Rosa (2013). Não foi nossa intenção dissecá-los. De

Vera Irene Jurkevics, em outro momento, na sua tese de doutorado, destaca a relevância do tema e o justifica: “da veneração nos primeiros mártires cristãos aos nossos dias, o culto santoral sistematicamente ocupou um lugar de destaque [na história do cristianismo], quer arraigado em antigas tradições, quer se renovando e se recriando para se adaptar a novos contextos” (JURKEVICS, 2004, p. 11).

Exposto isso, podemos dizer que os santos não desapareceram. Estão por aí, cada vez mais vigorosos - nos cemitérios, nas beiras de estrada,

[...] nos altares das igrejas e oratórios das casas do interior para os grandes centros urbanos brasileiros. Estão em tatuagens, em medalhinhas e escapulários de modernos e descolados, em camisetas e calcinhas de grife, em biografias publicadas [...] ‘os santos estão na moda, viraram *fashion*’.<sup>3</sup>

Contudo, essa permanência dos santos na sociedade não significou a permanência dos discursos de santidade, esses variaram com o tempo. Como alertou o historiador francês André Vauchez (1987), para cada tempo e lugar houve uma definição e um modelo de santidade. Ela possui(u) distintos significados e sofre(u) muitas variações<sup>4</sup>.

Socialmente falando, a santidade não aparece de um momento para o outro. Ela é uma elaboração histórica. Não nasce com o sujeito. Ninguém nasce santo, torna-se. Seja qual for a situação canônica - irregular ou regular - “só se pode ser santo em função dos outros e pelos outros” (VAUCHEZ, 1987, p. 290).

Os santos e, por conseguinte, a santidade nascem e se inscrevem em diferentes contextos sociais, espaciais e temporais. Isso implode com a possibilidade de circunscrevê-los como elaborações estáticas, homogêneas, a-históricas e, portanto, atemporais.

Mas, de que forma o tema pode interessar aos historiadores?

Levando-se em consideração que o fenômeno dos santos e suas devoções

[...] se desenvolvem numa ampla **história da santidade católica**, uma história milenar que coloca em jogo outras histórias particulares, não necessariamente coincidentes e, principalmente, não intercambiáveis, visto não se referirem aos mesmos domínios (MENEZES, 2011, p. 25).

Um olhar sensível para essa informação leva o historiador a entender que a santidade é um fenômeno histórico e de longa duração<sup>5</sup>. Esse dado lhe oferta uma gama de possibilidades historiográficas: uma delas seria apreender as permanências e as rupturas que o valor da santidade possui no percurso histórico.

Poder-se-ia, por exemplo, a partir dessa visão e dentro dessas possibilidades, operacionalizar apenas uma “**história do conceito de santo**, isto é, dos tipos de

---

maneira geral, poderíamos dizer que inauguraram um entendimento dos santos e da santidade em bases radicalmente diversas do que até então se havia proposto.

<sup>3</sup> Esta citação foi retirada da Revista Época. Disponível em:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR69506-6014,00.html>. Acesso em 20 de set. 2019.

<sup>4</sup> Embora a noção tenha variado, “a santidade não se confunde com o extraordinário ou o maravilhoso, mesmo se estes elementos lhe estão quase constantemente associados. O que caracteriza o santo é que – depois de ter adquirido o domínio da natureza em si e à sua volta – ele põe o seu poder ao serviço dos homens” (VAUCHEZ, 1987, p. 290).

<sup>5</sup> Para Jurkevics (2004, p. 1), “o tempo de longa duração ou tempo longo [...] é a concepção que os historiadores franceses chamam de ‘porão ao sótão’. Este conceito foi um importante neologismo criado para satisfazer as questões referentes às fases longas da história, o tempo das representações coletivas que se modelam ao longo dos séculos, enfocando as resistências e as permanências, que repensam o ritmo da história oficial. [...] LE GOFF (1976) define como “a história da lentidão na história”.

peças às quais foi e tem sido atribuído esse qualificativo” (MENEZES, 2011, p. 25, grifo nosso), uma vez que são muitos os sujeitos considerados santos ao longo do tempo.

Poderia, de igual modo, ser feita uma história que só problematizasse os

[...] mecanismos de atribuição desse título, que é também uma **história das instâncias que detiveram**, ao longo dos séculos, **a legitimidade de definir quem seria ou não santo** [...] poder-se-ia dizer que esse aspecto se relaciona a um processo de burocratização, no sentido de construção de mecanismos jurídico-processuais de atribuição do título oficial de santo, e de centralização nas mãos do sumo pontífice de algo que era inicialmente atribuído pelas comunidades cristãs locais a seus mortos célebres, **uma história das formas de culto a esses santos**, isto é, uma história de suas diversas modalidades e dos diferentes lugares onde ele se dá, que é marcada (MENEZES, 2011, p. 25).

Ou que somente objetivasse uma “**história da crítica ao culto dos santos**”, que é “uma história de condenação do culto aos santos paralela à história do próprio culto” tendo em vista que “esse culto nunca foi unânime dentro da própria igreja” (MENEZES, 2011, p. 25-26, grifos nossos).

Os santos, distintivos da religião católica, também estão presentes na paisagem religiosa brasileira e latino-americana. Sua presença no Brasil e na América pode ser explicada pelos processos de expansão, colonização e evangelização empreendidos pela Coroa Portuguesa. Beatriz Santos (2009, p. 1) assevera que

[...] padres seculares e frades [...] parte integrante de qualquer caravela ou carraça que partisse de Portugal com destino à África, à Índia ou ao Brasil, [...] eram os principais agentes a convocar a participação dos santos nos festejos e rituais (orações, missas, procissões), nas intempéries e nas visões maravilhosas que ocorriam nas embarcações.

Com base nessa citação, poderíamos afirmar que os santos chegaram até nós de caravela, introduzidos pelos colonizadores e suas missões evangelizantes. Se de lá para cá o catolicismo não pode ser definido como sendo o mesmo, ele ao menos preservou sua tradicional forma de “catolicismo santorial” (CAMARGO, 1973, *apud* TEIXEIRA, 2005, p. 17).

Os indícios da presença dos santos em nossa paisagem religiosa, cada vez mais plural e diversificada, marcada por processos de secularização e diferenciação (STEIL E HERRERA, 2010) são **topográficos** - como o nome das cidades, **arquitetônicos** - como os fortes, as capelas, os santuários e **cartoriais** - constantemente alguém é registrado com o nome de um(a) santo(a) como forma de homenagem, pagamento de promessa ou razões outras que não estas.

Ao que se percebe até aqui pelos estudos retomados, a contextualização histórica da santidade constitui-se em rico objeto de estudo e oferece inúmeras possibilidades historiográficas ao pesquisador. Os santos, apesar de mortos, estão vivos. É um passado que age no presente.

### 3 O POVO FAZ O SANTO

No item anterior, falávamos da santidade enquanto elaboração: histórica e sociocultural. Nunca uma elaboração do próprio sujeito santo, uma vez que só se

pode ser santo pelos outros (VAUCHEZ, 1987). A santidade não é um título eficaz enquanto permanece no nível da autodefinição (MENEZES, 2011).

Partíamos da constatação que a santidade é uma prática de atribuição de valor (PORTO, 2006) e que só se manifesta a partir de um reconhecimento de outrem a alguém já morto. Logo, ninguém nasce santo, torna-se.

Para a antropóloga e historiadora Renata Menezes, a santidade

[...] surge como um título socialmente atribuído, pois um santo ou uma santa só o será se alguém o/a reconhecer enquanto tal, isto é, se alguém lhe atribuir essa qualidade [...] é preciso que haja uma comunidade moral que reconheça os atributos e os sinais que marcam em uma pessoa a santidade (MENEZES, 2011, p. 23).

Trata-se, pois, de uma atribuição de valor. Como já visto, os discursos de santidade nem sempre foram os mesmos ao longo do tempo, variaram. A santidade, nasce(u) e se inscreve(u) em diferentes contextos. Considerando tudo isso, cabe-nos indagar: quem são os responsáveis pelo reconhecimento de um santo? Quais os mecanismos de atribuição desse título? O que é um santo?

O historiador português José Pedro Paiva, em artigo introdutório sobre a santidade para um periódico da Universidade de Coimbra, nos esclarece os processos de reconhecimento desses sujeitos. Segundo ele, a criação dos santos

[...] foi acompanhada pela forte centralização e burocratização da vigilância da definição de santidade. **Nos tempos primordiais da Igreja a santidade foi um fenômeno mais espontâneo e popular.** Gradualmente o processo de santificação foi se formalizando e centralizando. Gregório IX (1227-1241) foi o primeiro papa a explicitar um conjunto de regras a serem observadas num processo de canonização e com ele se afirmou a exclusividade da competência papal no reconhecimento da santidade, estava se em 1234 (PAIVA, 2013, p. 14; grifo nosso)

Pelo que se pode apreender, a criação dos santos, desde sua gênese, foi uma empresa “popular”. Era essa a instância de reconhecimento da santidade nos primórdios do cristianismo. Contudo, não seria a única. Surgiria, mais tarde, outra instância de reconhecimento e esta se pretendeu oficial.

A Igreja Católica, por questões de interesse e fortalecimento interno, dedicou-se a transformar a prerrogativa de dizer quem pode ou não ser santo em exclusividade sua, ela se via representante legítima do poder divino na Terra (PORTO, 2006). Dessa forma, a concessão do título de “santo” só poderia ser delegado pela divindade e a voz da Igreja seria, então, a voz de Deus.

Contudo, o que se verificou após essa formalização no reconhecimento dos santos descrita por Paiva (2013), foi que eles continuaram sendo santificados popularmente. Por mais que a Igreja tenha arrogado para si o direito de dizer em tempos e tempos quem pode ser considerado santo, a santidade sempre será um fenômeno popular.

O povo continua a ser o grande fazedor dos santos. Não existe santo sem devoto, mas existem santos sem reconhecimento da Igreja. Para que o santo canônico possa existir, é indispensável a apresentação dos indícios de sua santidade, que devem se dar antes mesmo da abertura de um processo canônico. Ou seja, sem fama de milagre não existe santo canonizado nem abertura de processo canônico.

A santidade, inicialmente, ainda é um fenômeno mais popular e espontâneo. Para o medievalista Paul Zumthor (1993), a tentativa da Igreja de substituir a voz do povo pelo inquérito e pelo julgamento não conseguiu controlar por completo a elaboração dos santos. Face a isso, impõe-se às autoridades eclesiais as canonizações espontâneas (ZUMTHOR, 1993), as canonizações populares (COLUCCIO, 1995), cultos que a seus olhos são considerados suspeitos.

Jean Claude Schmitt lança mão de uma poderosa definição de santo católico:

**O santo cristão é [...] verdadeiramente reconhecido santo** como morto, depois de martirizado ou **quando a vox populi tenha proclamado sua santidade**, eventualmente ratificado por uma canonização (SCHMITT, 1984 *apud* SANTOS, 2009, p. 2; grifo nosso).

Considerando essa definição de santo proposta por Schmitt (1984), nos contrapomos ao conceito de santo popular e suas variantes. Desde que o reconhecimento da santidade se pretendeu exclusividade da Igreja Católica, costumou-se a falar na existência de santos populares em contraponto aos santos oficiais, canônicos.

**Essa categoria de análise** adotada por alguns estudos **para se referir exclusivamente aos santos não canônicos**, forjados e cultuados à revelia dos liames institucionais, **“não chega a delinear uma noção de contornos bem definidos”** (FERNANDES, 1984, p. 3). É frágil, polissêmica e apresenta um problema de natureza epistemológica. Afinal, o santo é verdadeiramente reconhecido quando a voz do povo proclama sua santidade e não necessariamente quando ele é canonizado pela Igreja (SCHMITT, 1984).

O termo “popular” pode ser utilizado em sentidos diversos, nem sempre coincidentes – podendo se referir tanto ao “que pertence à ‘maioria dos homens’” quanto ao “que pertence aos estratos inferiores da população” (QUEIROZ, 1983 *apud* FERNANDES, 1984, p. 4). No estudo das religiosidades, é preciso ponderar o uso que se faz do “popular”.

Por mais que se admita o uso do termo “santo popular” ou “santo do povo” (JURKEVICS, 2004) para marcar a origem do reconhecimento de uma santidade, corre-se o risco de classificar, por conseguinte, a devoção aos santos não canonizados como uma devoção menor e ilegítima, mesmo que a perspectiva adotada seja a de que existe uma história das instâncias de reconhecimento da santidade, como demonstra Menezes (2011).

Se é inegável a existência de uma santidade regulamentada e outra mais informal, o termo mais adequado para marcar essa diferença de origem de reconhecimento, de plausibilidade, de uma santidade seria a noção de santo irregular canonicamente, proposta por Luiz da Câmara Cascudo (1974) em seu livro *Religião no Povo*.

Segundo esse historiador, existem dois tipos de santos ou santidade. Há os santos regulares canonicamente, que possuem um culto universal e foram reconhecidos pela Igreja. Não menos importante que os primeiros, existem os santos canonicamente irregulares, de culto regional e local, cultuados sem que a Igreja os tenha reconhecido oficialmente. Para Cascudo (1974), o povo é quem faz os santos e eles são regulares ou irregulares canonicamente para a igreja, mas, ainda assim, santos para seus fiéis.

O geógrafo, historiador e antropólogo Oscar Calavia Sáez (2009), em um texto que indaga a importância dos santos para a antropologia, ratificou a ideia de Cascudo (1974) de que os santos também são produções populares. Para Sáez

(2009, p. 200), eles são “achados e domesticados - na medida do possível e em um prazo muito longo - pela Igreja, mas não instituídos por ela” (SÁEZ, 2009, p. 200).

E continua, o labor do

culto aos santos dotado de literatura, arte sacra e opulentos rituais públicos é [o] mesmo labor simbólico que pode se encontrar nos cultos improvisados a mortos praticamente anônimos; ou, em outras palavras, que um poder simbólico oficialmente consagrado tem suas origens na margem (SÁEZ, 2009, p. 200).

Na historiografia brasileira, os santos não canônicos são percebidos pelo “elevado volume de artigos, monografias, dissertações e teses” (MAIA, 2015, p. 18), eles despertam curiosidade e intrigam muitos cientistas sociais. Por mais que a Igreja oferte “um santoral canônico completo e complexo, cuja especialização assegura um mediador para cada tipo de problema” (SILVA, 2010, p. 21), ela não consegue controlar por completo a produção da santidade.

A santidade não canônica é por nós entendida como uma prática mista, que se forja “[...] combinando formas e motivos, invenção e tradições” (CHARTIER, 1994, p. 121). Ela não é somente algo pertencente ao universo “popular”. Assim como a santidade não canônica, ela é expressão e manifestação de uma religiosidade católica:

Conceituo como religiosidade católica, as manifestações que envolvem o culto aos santos católicos, reconhecidos ou não pela Igreja. Parto da constatação de que, nessas manifestações é difícil detectar o limite entre o institucional e o não institucional por se tratarem de expressões complexas nas quais o devoto acredita estar vivendo sua religião, sem a preocupação dela estar ou não sancionada pela instituição. Numa manifestação de religiosidade, o devoto utiliza elementos que são característicos da religião oficial, sem sentir-se embaraçado por isso. Gestos como rezar orações próprias da religião oficial ou pedir a celebração de missas para pagar uma promessa feita a um santo não reconhecido oficialmente não o constroem, pois ele continua considerando-se sempre ligado à sua religião (ANDRADE, 2008, p. 137).

A santidade atribuída a Zé Leão, como veremos no próximo item, não é um produto autônomo, destacado de qualquer forma de relação com o conjunto institucional. Antes, são acionados no repertório hegemônico os elementos para sua elaboração enquanto santo, que se dá de maneira reelaborada (SILVA, 2010).

Ao considerar as ideias até aqui apresentadas, nos afastamos de um referencial teórico que entende as manifestações que envolvem o culto aos santos canonicamente irregulares como expressão de um catolicismo popular, de uma religiosidade popular. Como afirmou Andrade (2008, p. 238), “uma religião [e uma religiosidade] não será percebida enquanto “popular” senão quando uma religião “oficial” a declara ultrapassada e não legítima”.

Optamos pela compreensão de que o catolicismo é

uma religião concêntrica, em que os católicos estariam a cada vez mais próximos ou mais longe de seu centro teológico. Nessa perspectiva concêntrica, isto se produziria por meio do processo de interpretação e reinterpretção posto em movimento pelos fiéis, o que os situariam diferentemente no campo católico: permitindo passagens em direção a outras religiões, mas especialmente e mais facilmente, dentro do próprio catolicismo (REESINK, 2013, p. 13).

Assim percebê-lo nos evitou problemas de ordem epistemológica e nos possibilitou uma compreensão da santidade irregular canonicamente sob outra ótica, não apenas compreendida pelo olhar da instituição.

#### 4 ZÉ LEÃO: O MILAGREIRO DA “CIDADE DO MATA E QUEIMA”

Ao nos propor fazer uma reflexão histórica acerca da elaboração da santidade, buscamos entender os elementos que constituíram e possibilitaram a construção da santidade de Zé Leão: um santo canonicamente irregular, um morto milagreiro. Pensá-la envolveu considerar que se tratou de uma elaboração histórica, que não nasceu com esse sujeito e só começa a florescer depois de sua morte, considerada bárbara e cruel.

José de Souza Leão, mais conhecido por Zé Leão, foi um jovem fazendeiro, brutalmente assassinado no ano de 1877, na cidade de Florânia, interior do Rio Grande do Norte, sob a forma de emboscada, um crime encomendado pelo fazendeiro João Porfírio. Pouco se sabe sobre a vida deste sujeito. Muitas de suas histórias são narrativas orais e se perderam com o tempo. Mas, isso não invalida esta história, uma vez que sua escrita é operacionalizada por nós a partir do episódio de sua morte e do crime do qual foi vítima.

Ao longo do tempo, realizou-se diferentes apropriações e leituras sobre os episódios aos quais nos referimos acima. Essas apropriações e leituras foram e ainda são empreendidas pela literatura, pela historiografia, pela imprensa e pelos devotos. Considerando os jornais enquanto suporte documental, procuramos, a partir deles, compreender o impacto e as leituras arranjadas em torno da morte de Zé Leão e de duas filhas de seu algoz no tempo em que esses fatos ocorreram – fins do século XIX.

Os anos de 1877 e 1889 foram os marcos temporais para a construção da análise. 1877 é o ano em que Zé Leão é morto e são tecidas as primeiras leituras em torno do crime: Quem o matou? Como foi morto? Qual a motivação? Já em 1889, vítimas de uma descarga elétrica, morrem duas filhas de João Porfírio - acusado de ser o mandante do assassinato de Zé Leão. Após esse fato, a morte de Zé Leão volta a ser notícia nos jornais da época e arranjam-se outras e novas leituras sobre o crime.

Essas (re)leituras contribuíram para sua elaboração enquanto santo. O crime lido como bárbaro, cruel, descomunal – dadas as circunstâncias violentas em que ocorreu – cruzou a imagem do martírio e deu materialidade para uma expressão singular de piedade, que perpassa pelo trágico devocional.

A morte de Zé Leão à época em que ocorreu recebeu a seguinte narrativa:

**No districto de Flores**, termo de Acary, da comarca do Jardim, provincia do Rio Grande do Norte, **foi barbara e cruelmente assassinado o infeliz José de Souza Leão. Segundo dizem, esse individuo nutria indisposições com pessoas da família Toscano**, alli residente, **por causa de uma questão de terras**. Bem descansado se achava elle **no dia 5 de janeiro ultimo**, quando fôra sorprendido por **Vicente Nunes da Silva e Antonio da Costa**, os quaes **descarregaram-lhe diversas cacetadas, prostando-o por terra sem sentidos!** Persuadidos de que haviam commettido um homicidio, o **no intuito de occultarem o seu crime, conduziram o corpo d'aquelle desventurado para lançarem-o sobre umas foqueiras de roçado**, que alli havia a pouca distancia. **Dados alguns passos, dispertou o infeliz Souza Leão, e de mãos postas implora** a seus algozes que lhe poupem a vida, promettendo dar-lhes a quantia de 40\$000 que trazia no bolso do paletot, e guardar sobre tudo que se passava

o mais inviolavel segredo, comtanto **que o deixassem viver! Mas aquellos tigres humanos**, redobrados de colera, **não** attendem ás supplicas e ás lagrimas da pobre victima: descarregaram-lhe mais e mais tremendas cacetadas, e assim consummaram a obra de sua ferocidade, **atirando ás chamas** o cadaver da victima. **Entre os mandantes figura João Porphirio do Amaral, 2º supplente do subdelegado** do respectivo districto, **cuja demissão se não fez esperar**. O Dr. Ernesto Chaves cumpriu immediatamente com o seu dever. **Mandantes e mandatarios já estão pronunciados no art. 192 do codigo penal.**  
(GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 de Maio de 1877 – RJ)

Essas informações importantes, por nós recuperadas e destacadas em negrito, receberam variações. Circula na oralidade a informação de que Zé Leão teria sido morto no dia 20 de janeiro de 1877. Uma variante da motivação do crime seria uma questão amorosa: narra-se que Zé Leão era um rapaz bonito e galanteador, que flertava uma das filhas de João Porfírio e este não aprovava a relação.

Consideramos essas e outras variações que o crime e a morte recebem como sendo naturais, dado que as histórias de Zé Leão são majoritariamente orais, passadas de geração em geração, enunciadas pelo ouvi dizer e falar. Passou-se mais de um século. É nessa variedade de leituras que se fazem sobre os fatos que o santo respira e se cria (SÁEZ, 2009).

No trabalho do antropólogo Veríssimo de Melo, outras leituras desse crime são percebidas: “corre na tradição ainda que o crime teria ficado impune, ou porque o criminoso fugiu ou porque a justiça da época não se interessou em elucidar o fato delituoso” (MELO, 1977, *apud* SILVA, 2010, p. 30).

Em partes, é verdade que o crime ficou impune, que a justiça não tenha se interessado pelo fato e que o criminoso fugiu. Esses fatos apresentados pelo antropólogo podem ser encontrados em outros jornais que também noticiaram o crime. O CEARENSE (CE) e o JORNAL DA TARDE (RJ), ambos de 1877, reportaram:

No lugar Flores, do termo de Acary, **José Timbá e outros assassinaram barbaramente o infeliz José de Souza Leão.[...] os perversos lançaram o seu corpo, de cujo tronco separaram as pernas e os braços, sobre uma coivara que tinham já antecedentemente preparado [...]** onde foi depois achado carbonizado. **Tendo sido preso dous desses malvados pelo cidadão Olegario, foram soltos pelo subdelegado de Flores João Toscano de Medeiros**, que ameaçou com processo ao prestante cidadão que teve coragem de prender tão barbaros assassinos!  
(O CEARENSE, 25 de março de 1877; grifos nossos)

A importante repartição, da policia, confiada á esclarecida direção do digno chefe, Dr. Ernesto Chaves, vai assignalando-se cada dia pela aquisição de novos e brilhantes tropheos para a causa da justiça [...] **acabam de ser effectuadas as seguintes importantes prisões: De Antonio da Costa Monteiro, celebre faccionara, pronunciado no art 192 do codigo penal pelo barbaro assassinato do José Leão, cujo cadaver queimou: ajudado por outros co-réos foi preso em virtude de ordem expedida pelo digno juiz municipal do termo do Jardim, Dr. Manoel Rodrigues da Cunha Vianna**, que se tem distinguido pelo empenho com que procura tornar effectiva a repressão do crime, quer se pratique dentro do seu termo, que fóra d'elle.  
(JORNAL DA TARDE, 21 de setembro de 1877, grifos nossos).

As notícias até o momento apresentadas narram diferentes fatos sobre o crime. Têm em comum a constatação de que Zé Leão teve uma morte bárbara,

violenta e cruel, e teria sido queimado: apresentando poucas variações – espancado e esquartejado. Uma forma de morrer violenta, que cruzou a imagem do mártir.

A concepção de martírio, na religiosidade católica, foi sendo ampliada a ponto de caracterizar uma morte violenta resultante tanto de uma doença grave como de um homicídio, mesmo não existindo o critério adotado de que a morte seria em função da adesão à fé cristã (ANDRADE, 2008, p. 241).

Evidencia-se, também, nessas notícias a presença de mais de um assassino na consumação do crime. Todos, de alguma forma, foram punidos: João Porfirio, considerado mandante do crime (GAZETA DE NOTÍCIAS), perdeu o cargo de subdelegado e foi pronunciado no artigo 192 do código penal brasileiro vigente na época. Levando todos os jornais em consideração, seria possível afirmar que participaram do crime, no mínimo, três pessoas: Antonio da Costa Monteiro, José Timbá e Vicente Nunes da Silva. Cada um recebe uma punição diferente, embora tenham praticado o mesmo crime. A mais severa teria sido imposta a Antonio da Silva Monteiro. Como destaca o JORNAL DO RECIFE, aos 4 de dezembro de 1879:

Foi na sessão do tribunal da relação, de 25, confirmada a sentença do jury de Acary, no Rio Grande do Norte, que condemnou á pena de morte o réo Antonio da Costa Monteiro, que assassinara e cremara com as circumstancias mais negras a um infeliz. E' a primeira vez que a nossa relação impõe a pena de morte.

Até aqui, poderíamos dizer que essa foi mais uma história de um crime violento resultado em morte, em muito semelhante aos de hoje. No entanto, um outro episódio associado a ele mudaria tudo. Falamos do raio que matou as duas filhas de Joao Porfirio, acusado de ser algoz de Zé Leão.

Consideramos tal fato o mito fundador da crença: aquilo “que revela como uma realidade veio à existência” (ELIADE, 1992, p.42). A realidade de um santo e seus milagres. Vejamos o que a imprensa reportou sobre este episódio ocorrido em 1889:

**Realmente, a morte das duas moças filhas de João Porphirio, fulminadas por uma chamma electrica no meio de uma trovoadá animadora, como prenuncio de um bom inverno, tem produzido sérias cogitações no espirito daquelles que acreditam no castigo dos paes até á setima geração! João Porphirio assassinou José Leão, cujo corpo elle com outros co-réos lançou ás chamas de uma fogueira quando ainda estava vivo. Esse factó assombroso, medonho e de descomunal ferocidade, fez especie em toda provincia e acha-se registrado nos relatorios e importantes peças officiaes desde o tempo do ex-presidente Satryo Dias. João Porphirio e seus comparsas foram processados naquelle tempo, mas hoje se acham livres de pena e culpa pela escandalosa protecção que lhes foi dispensada no tribunal do jury do Acary, figurando como protagonista de todo este cortejo da mais revoltante immoralidade, o protector ostensivo dos réos denominados queima gente, o coronel José Bezerra, compadre e intimo de João Porphirio!** O Dr. juiz de direito Francisco Clementino Chaves, sabe bem dessa historia, e o promotor interino, o deputado Santa Rosa, escolhido a dedo para o glorioso triumpho de seu irmão José Bezerra, tambem póde referil-a com a isenção e pureza de seu character.

(JORNAL DO RECIFE, 23 de fevereiro de 1889; grifos nossos)

O que mais chamou nossa atenção foram as palavras com as quais o jornal encerrou a notícia, veja-se:

Passaram os tempos, **a impunidade foi exultada pelos homens sérios desta terra, até que agora, diz o povo, apareceu o castigo do céu** sobre inocentes criaturas que pagaram com usura as culpas de ferozes assassinos altamente protegidos. **São insondáveis os decretos de Deus!** (JORNAL DO RECIFE, 23 de fevereiro de 1889; grifos nossos)

O raio, informa o jornal, produziu “sérias cogitações no espírito daquelles” que acreditavam “no castigo dos pais até a sétima geração”. O “povo” o leu como um “castigo do céu” e o jornal diz ser “insondáveis os decretos de Deus!”. Conta-se que, depois disso, João Porfírio reconhece sua culpa, se arrepende do crime e passa a visitar o local da morte de José Leão, mas não foi o único:

As mulheres e beatas passaram também a imitar o homem que rezava pela alma de Zé Leão e daí aos milagres foi um passo. Nascera a devoção. No começo havia apenas um cruzeiro. A capela veio depois, com o fim de guardar os “milagres” que eram depositados e acender velas também em pagamento de promessa. Gente de todo Nordeste tem ido a Florânia pagar promessas a Zé Leão (MELO, 1977, *apud* SILVA, 2010, p. 230).

O ato de arrependimento de João Porfírio, ao fincar uma cruz no local do crime e passar a frequentá-lo diariamente para fazer suas orações, produziu os primeiros marcos e marcas que transformou o local do crime num espaço de fé. Zé Leão já não é mais um morto, é um mártir, um santo, é um morto milagreiro. O milagreiro da terra que mata e queima, foi assim que Florânia ficou conhecida depois do crime. Ele construiu uma imagem da cidade.

O próprio clero reconhece que a devoção a Zé Leão é vigorosa e que seu poder taumatúrgico independe de um reconhecimento da Igreja. O Padre João Medeiros Filho considerou a devoção a Zé Leão “expressão de um misticismo” (MEDEIROS FILHO, 2002, p. 16). Mas reconhece que “para ali acorrem peregrinos e fieis, que depositam seus ex-votos e pagam suas promessas” (MEDEIROS FILHO, 2002, p. 16). Foram muitas as tentativas de esvaziar o culto, todas sem sucesso.

O crime associado ao raio deu substancialidade para invenção de uma crença e edificação de um espaço do sagrado. Nesse espaço, os que lhe rendem culto ascendem suas velas, oferecem suas orações, pagam suas promessas, depositam ex-votos e para este mesmo lugar se dirigem, uma vez por ano, em procissão. Zé Leão é um morto que age no presente. Um intermediador entre o homem e o sagrado.

## 5 CONCLUSÃO

Nesse trabalho, descrevemos como o fenômeno da santidade pode interessar à História e revelamos algumas possibilidades historiográficas que o estudo da santidade oferece ao historiador. Os santos são personagens históricos, cultuados desde os primórdios do cristianismo, o que já caracteriza a devoção aos santos um fenômeno de longa duração. Ao longo do tempo, vários sujeitos foram reconhecidos e venerados como santos, tenham sido eles canonizados ou não. A santidade sempre se revelou, desde sua gênese, de maneira mais informal e menos regulamentada. A igreja não é a instância oficial de reconhecimento de um santo, ela assim se pretendeu a partir de 1234. Tampouco a única, pois o santo revela-se verdadeiramente quando a voz do povo proclama sua santidade. Isso independe do

processo de canonização. A própria exigência que se faz para que se abra um processo de reconhecimento canônico é que o postulante já goze de fama de santidade, de milagreiro. Logo, a santidade é sempre uma empresa popular. A santidade não canônica é totalmente possível e legítima sem a plausibilidade de um aval institucional. O que não é legítimo é um santo sem devotos nem milagres.

Zé Leão, alçado ao panteão dos santos depois de um crime violento e cruel, é um santo. O povo assim o proclamou. Existe uma comunidade de devotos que o reconhece enquanto tal. Para a Igreja, ele é um santo canonicamente irregular, “expressão de um misticismo”. Rejeitamos o lugar que considerável parte da literatura dá à santidade de Zé Leão. Para nós, ele é um morto milagreiro. Associá-lo como expressão de uma religiosidade popular e classificá-lo enquanto santo popular, em oposição a santo oficial e religião oficial, é diminuir a potência de sua devoção.

Muito já se tem falado sobre sagrado e religiosidade no Seridó, inúmeros personagens já receberam voz através de trabalhos acadêmicos: os milagreiros de cemitério, as benzedeadas, os ciganos, as africanidades etc. Contudo, Zé Leão, ao que tudo indica, o santo não canônico mais antigo do RN, parece ter ficado esquecido, poucas pesquisas se voltaram para a cidade de Florânia e para seu mártir. Ao recuperarmos alguns jornais, desenterramos a história de um homem comum, para compreendermos como essas leituras foram arranjadas na construção de uma santidade. A santidade de Zé Leão é uma elaboração histórica. Foi socialmente elaborada e reconhecida ainda que à revelia do catolicismo institucional. A história desse morto milagreiro está marcada por um tempo e um espaço: o episódio aconteceu no fim do século XIX, numa sociedade tipicamente organizada sob o poder dos latifundiários e do coronelismo, quando a região do Seridó Potiguar assim como o Nordeste enfrentavam uma das maiores secas já registradas no Brasil: a de 1877.

Zé Leão venceu o esquecimento. É constantemente conduzido do passado em que viveu, para mediar, no presente, a relação do homem com o divino. É um mártir, um morto, um santo para quem se fabricou, historicamente, uma trama santa, uma devoção e um espaço do sagrado. Zé Leão é o morto milagreiro da cidade do mata e queima.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. **Projeto História**, São Paulo, n. 37, p. 237-260, dez. 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Religião no povo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1974.

CHARTIER, Roger. História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, vol. 7, n. 13, 1994. p. 121.

COLUCCIO, Félix. **Las devociones populares argentinas**. Buenos Aires, Nuevo Siglo, 1995.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992.

FERNANDES, Rubem César. “Religiões Populares”: uma visão da literatura recente”. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 18, p. 3-26, 1984.

FILHO, João Medeiros. **O Monte de Florânia**: Santuário de Nossa Senhora das Graças. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da igreja e os santos do povo**: devoções e manifestações de religiosidade popular. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MAIA, Michelle Ferreira. “**Milagreiros**”: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

MARCHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 43, n. 2, dez. 2005.

MENEZES, Renata de Castro. O além no cotidiano repensando fronteiras entre antropologia e história a partir do culto aos santos. **Oracula**, v. 7, n. 12, 2011.

NÓBREGA, Elisa Mariana Medeiros. **Retalhos de um corpo santo**: a construção histórica da cruz da menina (1923 – 1995). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PAIVA, José Pedro. Introdução a santidade. **Lusitana Sacra**, Coimbra, v. (ni), p. 9-20, jul./dez, 2013.

PORTO, Thiago de Azevedo. Por uma História Cultural da Santidade: o problemático uso de modelos no estudo dos santos medievais. **Anais**. In: XII Encontro Regional de História, 2006, Niterói. Anais Eletrônicos, 2006.

ROSA, Maria de Lurdes. Historiografia da santidade no século XXI: percursos, prévios, problemáticas atuais: balanço e reflexão. **Lusitana Sacra**, Coimbra, n. 28, p. 215-237, jul./dez., 2013.

REESINK, Mísia Lins. Por uma perspectiva concêntrica do catolicismo brasileiro. **Revista Anthropológicas**, [S.l.], v. 24, n. 2, jul. 2014.

SÁEZ, Oscar Calavia. O que os santos podem fazer pela antropologia? **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 198 – 219, 2009.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Santos e devotos no império ultramarino português. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 146 – 178, 2009.

SILVA, Irene de Araújo Van Den Berg. **As Covinhas**: práticas, conflitos e mudanças em um santuário popular. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

STEIL, Carlos Alberto; HERRERA, Sonia Reyes. Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 354-393, jan./apr., 2010.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n.67, p. 14-23, setembro/novembro, 2005.

VAUCHEZ, André. "Santidade". In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional; Mythos/Logos, v. 12, 1987.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a literatura medieval**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.